



SOBRE O FASCISMO,
A DITADURA MILITAR
E SALAZAR

FERNANDO PESSOA



EDIÇÃO DE
JOSÉ BARRETO

COORDENADOR DA COLECÇÃO
JERÓNIMO PIZARRO

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXV

ÍNDICE

© José Barreto, 2015

Título: *Sobre o Fascismo, a Ditadura Militar e Salazar*

Autor: Fernando Pessoa

Editor: José Barreto

Coordenador da colecção: Jerónimo Pizarro

Tradução: José Barreto

Revisão: Tinta-da-china (Rita Almeida Simões)

Capa e projeto gráfico: Tinta-da-china

www.tintadachina.pt

Todos os direitos desta edição

reservados à Tinta-da-china

Rua Francisco Ferrer, n.º 6-A

1500-461 Lisboa

Tels.: 21 726 90 28/9

E-mail: info@tintadachina.pt

1.ª edição: Fevereiro de 2015

ISBN 978-989-671-249-5

DEPÓSITO LEGAL n.º 386608/15

Apresentação · 7

Escritos sobre o fascismo, a Ditadura Militar e Salazar · 49

Notas · 381

Ordem topográfica das cotas · 417

Índice sequencial · 419

Índice onomástico · 423

Bibliografia · 427

Notas biográficas · 431

APRESENTAÇÃO

Reúnem-se neste volume todos os escritos de Fernando Pessoa que foi possível recensear, entre os ainda numerosos inéditos do espólio do escritor e a obra publicada em vida ou postumamente, versando três temas principais: o fascismo e a figura de Mussolini, a Ditadura Militar portuguesa (1926-1933) e, por fim, Salazar, enquanto ministro das Finanças (1928-1932) e, depois, líder do governo e do Estado Novo. Pouco numerosas e mais lacónicas são as notas deixadas por Pessoa com referências ao nacional-socialismo ou a Hitler^a, bem como à ditadura espanhola do general Primo de Rivera (1923-1930), mas também essas foram incluídas, surgindo em geral associadas ao tema do fascismo italiano. Aos textos em que o autor se ocupa exclusiva ou maioritariamente de qualquer desses temas, juntaram-se os restantes escritos em que se lhes refere de passagem, aqui reproduzidos integralmente ou apenas em excertos. Apesar da preocupação de exaustão, não se pode garantir que não existam ainda, no vasto espólio pessoano da Biblioteca Nacional ou fora dele, outros textos ou trechos referentes aos mesmos assuntos. Sendo estes os critérios da compilação, afastou-se a hipótese de incluir outros escritos que fornecessem um enquadramento complementar do pensamento político do autor, incluindo os do período anterior a 1923, pelos problemas de selecção e extensão que tal opção levantaria.

O nexos existente entre os referidos temas parece óbvio, tratando-se de governos e governantes autoritários que surgiram na

^a Pessoa falou de Hitler, *hitlerismo* e *nacional-socialismo* (textos n.ºs 49, 54, 60, 65, 68, 70, 74, 75, 80, 110b, 116d) e, mais raramente, de *nazismo* e *nazis* (63, 74, 80, 111b), termos estes que só se tornaram correntes no léxico político inglês e português a partir de 1933.

Europa e em Portugal nas décadas pós-Grande Guerra, a partir do advento do fascismo italiano (Outubro de 1922). No confronto com essas diversas realidades, abordadas no seu percurso evolutivo, o pensamento de Fernando Pessoa sobre o autoritarismo político foi ganhando corpo, numa sucessão de escritos que, não sendo muito numerosos nem muito extensos, denotam inegável constância de interesse do escritor pelo tema das ditaduras do seu tempo, sobre o qual chegou a projectar um ensaio. Através de visíveis hesitações e, por vezes, notórias contradições, o pensamento político pessoano foi gradualmente tomando uma direcção mais clara e coerente, até atingir, durante o seu último ano de vida, uma certa estruturação ideológica, numa produção de escritos mais contínua e empenhada (atente-se a torrente de textos produzidos no ano de 1935).

Os textos seleccionados são apresentados por ordem cronológica, real ou estimada, desde os mais antigos, que não foi possível datar com exactidão, mas que terão sido escritos por volta de 1923-1925, até aos últimos, datáveis de Outubro-Novembro de 1935. Todos foram, por conseguinte, produzidos num período de 10-12 anos, desde os alvares do fascismo italiano até à morte do escritor, em Novembro de 1935, passando pela ditadura portuguesa saída do golpe militar de 28 de Maio de 1926, pela ascensão nela de Salazar e pela instauração do Estado Novo em 1933. Optou-se por não compartimentar a apresentação dos textos segundo os seus três eixos temáticos, mas sim, como se disse, por ordenar a totalidade dos escritos segundo o critério cronológico. Procedeu-se deste modo não só para contornar o problema das eventuais sobreposições temáticas de vários textos, como para potenciar a visão diacrónica e sincrónica do pensamento pessoano sobre os diferentes tópicos. Poderá, assim, seguir-se um percurso evolutivo e, ao mesmo tempo, comparar opiniões coevas sobre diversas matérias. A edição de escritos pessoanos pecou por vezes no passado por dar à estampa textos sem um esforço consistente de datação e contextualização,

o que prejudicou em menor ou maior medida a sua interpretação. A dificuldade de datação precisa de vários escritos revelou-se, apesar do empenho posto em a conseguir, um óbice do procedimento aqui adoptado, pelo que a ordenação cronológica proposta se deve considerar aproximativa e, aqui ou ali, meramente conjectural. A datação estimativa a que frequentemente teve de se recorrer vai sempre assinalada. A questão da sequência de vários textos coevos, mas não precisamente datados, foi por vezes resolvida pelo critério (falível) da afinidade temática ou da proximidade das opiniões expendidas.

*

Nos escritos de Pessoa, o tema do fascismo italiano surge, em geral, isolado da temática da ditadura portuguesa, o que não significa que o autor negasse ou desvalorizasse as eventuais semelhanças e afinidades das duas ditaduras, nem tão-pouco as suas diferenças. São instrutivos certos cruzamentos de perspectiva, implícitos ou explícitos, nas análises que faz do fascismo e da ditadura portuguesa. Na taxonomia política da época, o termo *fascismo* ainda não tinha sofrido a dilatação semântica que posteriormente se verificou e que até hoje é tema de controvérsias, tanto em Portugal como internacionalmente. Quando o assunto versado é o fascismo (ou, obviamente, Mussolini), Pessoa refere-se, não à ditadura portuguesa ou a Salazar, mas ao fascismo de matriz italiana, neste incluindo eventualmente o dos émulos declarados que foram surgindo em vários pontos da Europa e até, marginalmente, em Portugal. Nos escritos aqui compilados só uma ou duas vezes é claramente rompida essa compartimentação semântica, quando, ao rematar um paralelo que traça entre os regimes italiano e português, Pessoa chama ao segundo *o fascismo sonolento de Salazar*, «the drowsy fascism of Salazar» (69), ou quando apelida o ditador português de «pequeno Duce»

(110c). Note-se que a imprensa clandestina portuguesa, em especial a comunista, já então classificava de *fascista* o governo da ditadura, usando também, entre outras, a expressão «governo do clericalista Salazar», mesmo antes de este assumir a presidência do governo.^a A oposição republicana democrática preferia, no final dos anos 20, qualificar a ditadura como «clerical-militarista» (expressão usada pelo ex-presidente da República exilado Bernardino Machado) ou como «militarista-clerical» (Marques, 1990, pp. 133, 142, 144).

A razão de ser desta colectânea de escritos pessoais sobre o fascismo, a Ditadura Militar e Salazar, para além do seu valor intrínseco e da novidade (muitos destes textos são inéditos^b), prende-se, em boa medida, com a circunstância de o autor ter sido demasiadas vezes rotulado, inclusive em trabalhos académicos, não só de «reaccionário» e «adepto convicto» de Salazar, como também de «pré-fascista», «admirador de Mussolini», apoiante da «forma totalitária», «elitista autoritário», detentor de opiniões «fortemente autoritárias», etc. Foi o professor, escritor e ensaísta Alfredo Margarido (ver a Bibliografia final) quem mais denodadamente se empenhou numa tentativa de fascistização póstuma do pensamento de Fernando Pessoa. Para isso recorreu a uma argumentação tendente a aproximar as ideias do escritor não só do regime salazarista ou do nacional-sindicalismo de Rolão Preto, mas também do fascismo propriamente dito, de Mussolini e até de Hitler. Nessa intrigante campanha, que se estendeu do início dos anos 70 até meados da década de 80, não se pode dizer que Alfredo Margarido tentasse, como outros, puxar Pessoa para o seu quadrante político, pelo contrário, tratando-se de um autor antifascista e de tendência marxista. Num dos numerosos artigos que publicou sobre o tema,

a «O governo fascista de Portugal contra as massas trabalhadoras», *Avante!*, n.º 1, 15 de Fevereiro de 1931, p. 2.

b Os textos assinalados como inéditos ou parcialmente inéditos (ver a secção Notas), foram-na na presunção, que o organizador não pode garantir absolutamente, de que continuavam por publicar.

declarando embora não ousar classificar Pessoa como fascista, mas taxando o livro *Mensagem* de «obra de exaltação nacional-fascista», Margarido sustentou que as teses políticas do escritor não o colocavam «muito longe dessa esfera política» (1985, p. 17). Lançando-se confessadamente numa «extrapolação não documentada», *démarche* que neste autor se tornou recorrente, Margarido chegou a sustentar, sem qualquer elemento sério de prova, que o facto de Pessoa ter em 1935 criticado duramente Salazar se deveria à maior proximidade ou simpatia que o poeta sentia pela figura de Mussolini, «cujo verbo e cuja veemência física se aproximam de Hitler, mas se afastam de Salazar» (1984, p. 11). As teses não documentadas, por vezes delirantes, da campanha de Margarido lograram alguma aceitação entre vários autores, tanto em Portugal como no estrangeiro.^a A tentação era grande, para alguns autores particularmente interessados nas *raízes culturais* ou na *estética política* do fascismo, em figurar Pessoa como um *pré-fascista* ou *protofascista* — termos que foram aplicados, com critérios variáveis, a escritores europeus seus contemporâneos, como Barrès, Sorel, D’Annunzio, Marinetti, Yeats, Eliot, Kipling, Pound e vários outros, alguns dos quais mais tarde realmente apoiaram ou aderiram ao fascismo.

Quando, a partir de 1974, começaram a ser divulgados os poemas satíricos anti-salazaristas de Pessoa, seguidos, a partir de 1979, da revelação de diversos textos inéditos críticos de Salazar e do seu regime^b, cuja publicação tem prosseguido desde então, os defensores da arrumação ideológica de Pessoa como fascizante, simpaticizante do Estado Novo ou adepto de doutrinas autoritárias não se deixaram impressionar, antes contra-atacaram, como exemplifica o facto de os principais artigos e estudos de Margarido sobre essa

a Ver, por exemplo, Cabral (2000, p. 183), Pinto (1996, pp. 344-345) e De Cusatis (2005, pp. 53-54).

b Com destaque para os inéditos contidos em Pessoa (1979b), Cunha e Sousa (1985), Cunha (1987) e Lopes (1993).

matéria datarem de 1975-1986.^a Contudo, esses inéditos que iam saindo vagarosamente da arca pessoana revelavam uma imagem cada vez mais clara do posicionamento crítico de Pessoa em relação tanto ao Estado Novo (Margarido — 1986, pp. 11-19 — pretendeu ter havido uma «adesão ao salazarismo» por parte do poeta^b), como ao próprio fascismo, italiano ou genérico. Perante tal facto, os diversos autores que, com subtileza variável, sustentaram o carácter autoritário ou fascizante das ideias políticas de Pessoa abrigaram-se principalmente em dois tipos de argumentação.

O primeiro argumento consistiu na afirmação de que uma reviravolta, parcial e muito tardia, se teria operado no posicionamento político do escritor, o qual, sem renunciar ao essencial das suas ideias autoritárias, teria contudo entrado em conflito com o salazarismo, facto diversamente interpretado por esses autores. António Costa Pinto (1996, pp. 354-355) opinou que no final da vida de Pessoa se teria verificado um «regresso» parcial, cujas causas não indicou, às suas antigas posições liberais (embora não democráticas), para de seguida defender que a ruptura de Pessoa com o Estado Novo se explicaria, basicamente, pela recusa do tradicionalismo e do catolicismo de Salazar. Como é sabido, o tradicionalismo e o catolicismo do ditador português são traços geralmente apontados pelos historiadores para distinguir o salazarismo do fascismo e do nazismo. Deste modo, a explicação de Costa Pinto revela-se insuficiente, pois nada diz sobre a posição de Pessoa acerca desses totalitarismos, que era caracteristicamente *liberal*. Sustentar que a ruptura de Pessoa com o Estado Novo resultaria apenas ou principalmente de uma recusa do tradicionalismo e do catolicismo de Salazar deixaria em aberto a

a No seu primeiro trabalho sobre Pessoa, de fundamentação teórica marxista, Margarido classificava o escritor de ideólogo da burguesia, não o apresentando ainda como um defensor de doutrinas autoritárias, mas sim, correctamente, como um «pensador liberal». Ver Margarido (1971, pp. 141-184).

b Margarido (1986), pp. 11-19. A afirmação categórica e repetida de Margarido de «adesão» de Pessoa ao salazarismo fundou-se essencialmente em processos de intenção.

possibilidade de o escritor se situar ideologicamente na proximidade dos fascismos europeus, também eles antitradicionalistas e anticatólicos. Manuel Villaverde Cabral (2000, pp. 207-211), sustentando o alegado papel de Pessoa (a par de Almada Negreiros e até de António Ferro) na «legitimação cultural do regime autoritário» ainda durante a Primeira República, confessou todavia não compreender a razão por que não se rendeu finalmente o poeta, como seria esperável, ao «apelo salazarista», arriscando como hipóteses explicativas a «individualidade sabidamente caprichosa» de Pessoa ou a influência do esoterismo. Alfredo Margarido (1986, p. 23), por seu turno, situando em Fevereiro de 1935 uma súbita mudança política de Pessoa, argumentou que esta não teria, contudo, significado uma renúncia às suas ideias de sempre, segundo ele «já elaboradas na África do Sul» e inspiradas nas leituras de Thomas Carlyle, apresentado este como um precursor das ideologias autoritárias do século xx.^a Em visível dificuldade para explicar a alegada reviravolta de Pessoa, Margarido (1986, pp. 17-23) sustentou que se teria meramente tratado de um conflito localizado e delimitado com o regime de Salazar, devido a um desacordo súbito para o qual nunca forneceu qualquer explicação coerente.^b

O segundo argumento de alguns destes autores consistia na afirmação de que o valor e autenticidade dos escritos políticos encontrados na arca de Pessoa não podiam ombrear com o carácter supostamente mais revelador, senão definitivo, dos textos realmente publicados em vida, porque só estes seriam «intervenções

a O autor sustentou repetidamente que teria sido Thomas Carlyle (1795-1881) o inspirador das ideias políticas de Pessoa, que o lera ainda adolescente na África do Sul. Coonestando as controvertidas teses de autores que pretenderam anacronicamente transformar o grande biógrafo inglês de Frederico, *o Grande*, num precursor do fascismo e do nazismo, Margarido projectou assim essa suposta influência fascizante na formação de Pessoa.

b Margarido refere, é certo, a repulsa de Pessoa pela «Política do Espírito» do regime de Salazar e pelo discurso de 21 de Fevereiro de 1921, em que o ditador defendeu a imposição de limitações e directrizes à criação literária e artística. Logo de seguida, contudo, Margarido declara ser difícil «aceitar sem análise as declarações peremptórias de Fernando Pessoa» (1986, p. 18).

políticas objectivas» tomadas na «praça pública» (De Cusatis, 2005, p. 54).^a Tais argumentos, infundados ou falaciosos — como se a publicação ou não-publicação dependesse apenas do autor —, parecem assentar num *parti pris* irrevogável, numa certa incapacidade de ultrapassar juízos dicotómicos simplistas e, principalmente, no amplo desconhecimento da grande massa de escritos do pensador político Pessoa, produzidos desde a juventude até à morte e deixados inéditos. Com efeito, é insustentável presumir, no caso específico de um escritor vastamente impublished como Fernando Pessoa, que o facto da não-publicação em vida desses ou de quaisquer outros escritos significaria forçosamente a sua menor autenticidade ou, por parte do autor, a sua subvalorização ou abandono. Os motivos da não-publicação em vida de grande parte da obra ensaística, tal como da obra literária poética ou em prosa (com destaque para o inacabado *Livro do Desassossego*, por muitos considerado hoje como a obra mestra do escritor), prendiam-se com uma multiplicidade de factores que os conhecedores da biografia pessoana e dos enormes constrangimentos do panorama editorial português da época não podem deixar de ter presentes e que seria fastidioso aqui repetir. Porém, no caso particular dos escritos políticos, acrescia a esses motivos a óbvia e pesada circunstância da existência, desde 1926, da censura — que Pessoa, por sinal, logo em 1927 atacou num poema satírico, obviamente não publicado, o «Fado da Censura» (19). Alguns dos textos aqui reunidos dificilmente teriam encontrado em Portugal, no período em que foram escritos, quem se prontificasse ou arriscasse a publicá-los. Boa parte deles — como quase tudo o que Pessoa escreveu sobre Salazar e o Estado Novo — jamais poderia ter passado a malha censória, enquanto outros, caso notório do pequeno artigo aca-

a O autor defende nessa obra a prévia posição de Margarido (1975, pp. 67-68), que já fora repetida por Cabral (1983, pp. i, vi-vii e x).

bado «Profecia Italiana», de Outubro de 1935 (115), foram muito provavelmente vítimas dela, originando as conhecidas queixas de Pessoa, nesse ano, sobre a censura (86, 117, 118) — apesar da excepção flagrante que constituiu a enigmática «distracção» dos Serviços de Censura perante o seu artigo «Associações Secretas».^a Muito antes disso, a entrevista com um suposto «antifascista italiano» tendo como tema Mussolini e o fascismo — na verdade, uma entrevista inteiramente forjada por Fernando Pessoa e publicada anonimamente a 20 de Novembro de 1926 no diário *Sol* (17) — esteve plausivelmente na origem do encerramento pela ditadura desse efémero jornal republicano e antifascista para o qual o escritor se tinha desdobrado em diversos tipos de colaboração.^b Ignorar tais factos (alguns de revelação mais recente, é certo) e sustentar a menor valia ou inautenticidade, em bloco, dos textos políticos deixados inéditos, sob o argumento de que careceriam de «peso político» (Margarido, 1975), releva simplesmente de preconceito ou má-fé. E como não considerar o flagrante desmentido do suposto maior peso ou autenticidade dos textos publicados em vida que é proporcionado pelo caso de *O Interregno*, escrito político exposto na praça pública, mas que Pessoa em 1933 e 1935 privadamente repudiou e deu como «não escrito» (61) ou «não existente» (98)? Logo no ano da sua publicação, recorde-se, *O Interregno* fora incluído por Pessoa num grupo de obras «apenas aproximadamente existentes» (Pessoa, 1928b).

Pessoa nunca estudou nem analisou de forma aprofundada o fascismo — termo que na época em que viveu, volte a sublinhar-se, se referia predominantemente ao regime de Mussolini, ao fascismo

a Ver uma possível explicação para essa falha da censura no posfácio a Pessoa (2011).

b Sobre este caso, ver Barreto (2012a). Nessa entrevista inventada, Pessoa colocou, de facto, as suas próprias ideias sobre Mussolini e o fascismo na boca de um imaginário exilado político italiano. O diário *Sol* deixou de se publicar pouco depois, mais precisamente no dia seguinte à recepção pelo presidente Carmona do novo embaixador italiano (2 de Dezembro de 1926).

italiano e, acessoriamente, a diversos movimentos políticos que ele internacionalmente inspirou e que dessa inspiração se reclamaram. Aparentemente, Pessoa dispunha quase só de informação jornalística sobre o fascismo italiano — além da imprensa portuguesa, certamente também a inglesa e francesa a que tinha acesso, o que já não era pouco. Nenhuma obra sobre o fascismo ou de autor fascista se encontra no que chegou a nós da biblioteca particular do escritor. Diga-se, no entanto, que no Portugal seu contemporâneo também ninguém estudou propriamente o fascismo e poucos autores teriam melhores e mais completas fontes de informação do que Pessoa. De produção nacional, para além dos meros trabalhos jornalísticos, de alguns relatos de viagens, dos artigos de opinião de alguns tribunos políticos (como Raul Proença, na *Seara Nova*, e Francisco da Cunha Leal, nos seus cadernos do exílio^a) e da apologia dos regimes autoritários feita por personagens como Homem Cristo Filho e Rolão Preto ou figuras ligadas à Cruzada Nun'Álvares, como Filomeno da Câmara e Martinho Nobre de Melo, quase nada se publicou então em Portugal sobre o fascismo que merecesse a designação rigorosa de análise séria e documentada. Após a instauração da Ditadura Militar a 28 de Maio de 1926, o filtro da censura institucionalizada, crescentemente apertado, também contribuiu para esse panorama desolador. A mordada censória em torno do tema do fascismo reflectia as afinidades existentes entre os governos «nacionalistas» ou «de autoridade» português e italiano, bem como o reforço que se verificou, a partir de então, das relações diplomáticas de Portugal com a Itália fascista.^b Escrever criticamente sobre o fascismo, nestas condições, seria não só criar atritos com a representação diplomática de um país amigo,

a Vejam-se, na Bibliografia final, Proença (1926) e Leal (1932).

b Em Novembro de 1926 foi criado em Lisboa o primeiro *fascio* (órgão fascista) dos italianos residentes em Portugal. Pouco depois, a representação diplomática de Itália passaria a contar com um ministro plenipotenciário e, em 1929, seria criado em Lisboa o Real Instituto de Cultura Luso-Italiano (ver Barreto, 2012a).

como uma forma de pretender atacar, por via italiana, a própria ditadura portuguesa, algo a que a censura estava muito atenta.

Fernando Pessoa foi, antes de mais, um poeta e prosador, um assumido *artista* literário, mas também, ao mesmo tempo, um prolixo escritor de veia ensaísta, um pensador singular de interesses multifacetados. Se, em vida, poucos escritos deste Pessoa ensaísta ou pensador viram a luz do dia, sabemos hoje que deixou impblicas muitas centenas de páginas sobre temas de política, sociologia, psicologia, religião, história e filosofia, áreas em que pretendia reflectir com a exigência crítica de um «raciocinador» meticuloso e o distanciamento de um homem de ciência, embora não poucas vezes imbricasse o discurso racionalizante com o discurso visionário, como acontece flagrantemente em *O Interregno*. As reflexões, análises e teses que legou à posteridade, muitas vezes apenas esboçadas, fragmentárias e fazendo ressaltar o autodidactismo de um intelectual que ganhava a vida com o trabalho diário de correspondente comercial e tradutor, revelam, porém, raras qualidades de independência, erudição e originalidade no panorama português da sua época. Naturalmente, também o aspecto puramente literário de vários dos escritos aqui reunidos é de salientar.

*

Pessoa tinha 34 anos quando, em Outubro de 1922, a Marcha sobre Roma levou Mussolini e os seus *camisas-negras* ao poder em Itália. Desde a adolescência que Pessoa se interessava vivamente pela política portuguesa e também pela europeia, em especial a britânica. Acompanhou, na fase de plena maturidade da sua vida, os acontecimentos nacionais e estrangeiros que conduziram ao advento das ideias autoritárias, das ditaduras e do fascismo na Europa do pós-guerra.

Atentando no percurso do pensamento político de Pessoa desde os finais da Monarquia até ao início dos anos 20 (uma década de que

ESCRITOS
SOBRE O FASCISMO,
A DITADURA MILITAR
E SALAZAR

Sinais convencionais usados:

- ◇ espaço deixado em branco pelo autor
- * leitura conjecturada
- † palavra ilegível
- [...] trecho não transcrito ou ilegível
- [] letras, palavras ou sinais de pontuação omissos no original

As chamadas alfabéticas remetem para notas de rodapé de carácter informativo; as chamadas numéricas, para notas finais de natureza filológica.

Matthew Arnold, que foi (embora aqui se não saiba, o que quer dizer apenas que aqui se não sabe) um¹ dos grandes poetas do século dezanove, definiu, numa frase que ficou célebre, a nulidade íntima da civilização puramente material: “De que te serve um comboio que te leva² num quarto de hora de Camberwell para Islington, se te leva³ de uma vida reles e estúpida em Camberwell para uma vida reles e estúpida em Islington?”

Com efeito, valendo apenas como facilidades para uma vida que deve ter mais altos fins, as conquistas materiais nada significam em si mesmas senão quando efectivamente resulta da sua aplicação qualquer coisa relativa a esses altos fins. Sobre a natureza desses altos fins podemos divergir: para uns serão simplesmente a grandeza nacional (é um conceito estreito, mas é, para a maioria dos homens, a única coisa que verdadeiramente os arrasta para fora do seu egoísmo natural, e assim torna possível que façam mais alguma coisa que vegetar activamente); para outros consistirão na felicidade humana (o que é um conceito igualmente restrito, pois os cães e os gatos, se fossem capazes de conceitos sociológicos, não teriam outro); para alguns consistirão em determinados fins religiosos; para outros (entre os quais me incluo) na criação de valores civilizacionais — valores artísticos, científicos⁴, filosóficos — que sirvam de estímulo e de consolo aos homens futuros.

Em si mesma, a civilização material nem sequer é civilização, mas simplesmente aperfeiçoamento. Melhoram as condições em que os homens vivem; os homens podem melhorar ou não. É sabido por todos os sociólogos que as condições climáticas extremamente benévolas⁵ tendem a estorvar o progresso e a civilização do povo

sujeito a elas, por isso mesmo que não suscitam oposição, fazendo viver a vontade, não dificultam a vida, despertando a emoção, não criam problemas de vida, acordando a inteligência.

Quando, pois, em resposta a argumentos, como aqueles⁶ que de todas as partes — excluindo as democráticas e radicais, que atacam por uma questão de fanatismo político — se levantam contra o fascismo, se responde com a regularização do horário dos comboios, a melhoria do valor da lira, e, até, o estabelecimento da ordem pública (supondo que a paz varsovia^a seja a ordem), não se responde a nada: alega-se simplesmente uma coisa diferente, e que não vem para o caso.

Matar, torturar e enxovalhar não são fenómenos necessariamente envolvidos na produção do bom funcionamento dos comboios. Não é inconcebível que se possa melhorar a lira sem queimar bibliotecas particulares, e exercer sobre a imprensa uma censura de carácter físico. A própria manutenção da ordem não \diamond^b

Há, é certo, na vida moderna um elemento de excitação. Sem ele, a humanidade teria recaído na estupidez. Os deuses⁷ nos livrem, de alguma vez nos afastarmos da razão emocional. Ficariamos talvez felizes; ficariamos com certeza parvos. Mas os dois elementos — o de felicidade e [o] de excitação — não se contrapõem, sobrepõem-se. São dois elementos disjuntos que somam, e a soma deles, ao contrário do que seria a sua multiplicação, é aumento também.

O exemplo típico está na esterilidade americana. Nenhum país trabalha tanto; de nenhum país fica, no futuro verdadeiro, tão pouco sinal. Há inventores de parafusos, mas não há inventores de ideias. Não criam: arranjam. Tal “civilização”, se esse nome merece, é a sublimação não da arte, mas do existir⁸. O artista *morre pelo artifício. É o máximo do *mínimo.

a Paz varsovia: paz imposta de forma violenta.

b A parte dactilografada do texto termina aqui. Os dois parágrafos seguintes, manuscritos na margem esquerda do rosto e no verso da folha, não dão continuidade à parte final do dactiloscrito, antes se relacionam com o tema do segundo e terceiro parágrafos dactilografados.

À civilização material, quer encarando-a pelo lado das realizações, quer pelo da simples prosperidade, não se deve aplicar diferente critério daquele que empregamos nos indivíduos que trabalham ou enriquecem. De qualquer homem rico perguntamos todos instintivamente: como enriqueceu? o que faz da riqueza? De um homem, de quem se diz que trabalha, perguntamos instintivamente, mas trabalha em quê? Porque um homem pode ter enriquecido pelo roubo, e aplicar a riqueza no simples e estúpido esbanjamento. E um homem pode trabalhar muito, empregando porém sua actividade no fabrico intensivo de notas falsas, que é dos melhores exemplos da produção em séries que o Sr. Henry Ford julga que inventou. Do mesmo modo, o dizer-se que um homem é um chefe, deve levar-nos a perguntar: chefe para quê? chefe para onde? A organização do fascismo é uma obra de talento, mas também não foi um estúpido quem organizou a Mafía¹ ou a Camorra. Há chefes de bandos de assassinos, com grandes qualidades de organização e de coragem; mas a organização e a coragem não convertem os bandos de assassinos em salvadores da civilização, nem o chefe deles em benfeitor da humanidade². *Hay que distinguir*³, como disse o outro, quando lhe disseram que um preto era gente.

O maior chefe industrial da Alemanha, Walther Rathenau^a, disse a um jornalista inglês, no decurso da mais notável entrevista que tenho lido: Ah, ainda bem que vamos ter uma Alemanha infeliz e pobre! A Alemanha antiga, infeliz e pobre, produziu um Kant, um Goethe, um Beethoven. A Alemanha rica não produziu nada.

a Walther Rathenau (1867-1922): grande industrial, escritor e político alemão de origem judaica e maçom. Nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros em 1922, foi assassinado meses depois por membros de uma organização ultranacionalista e anti-semita que lutava pelo derrube da República de Weimar e pela instauração de uma ditadura. Em 1909, Rathenau tinha dito num artigo que «Trezentos homens, que se conhecem todos uns aos outros, comandam os destinos económicos da Europa e escolhem os seus sucessores entre si». A frase alimentou teorias da conspiração em torno de um suposto «comité dos 300». Fernando Pessoa, que possuía o livro de Rathenau *The New Society* (1921), partilhava essas teorias e escreveu uma série de notas sobre os «300» (ver adiante trechos das mesmas).

É preciso destruir a Igreja Católica por ela mesma. Em outras palavras, é preciso fundar o catolicismo; e fazer assentar o cristianismo em bases religiosas.

As doutrinas sociais recentes não têm consistência cultural, com que vivam. Não a tem a democracia, que é a tentativa de aplicar um regímen municipal a uma nação inteira, e vale e tem valido na proporção, e só na proporção em que promove ou promoveu¹ o individualismo.

Não a tem o fascismo, simulacro estridente das doutrinas chamadas da contra-revolução, que, elas, são a voz alta de coisa nenhuma.

... não que o Cristismo seja “verdadeiro”, pois provavelmente o não é; mas é² a fórmula religiosa que, por ser o contorno emotivo de uma civilização, sou forçado a adoptar e a nele crer.

Fundindo todas as religiões num paganismo supremo chamado catolicismo sendo o Cristismo o elemento sincretizante.³

Nesta conjuntura, só uma coisa nos é possível fazer: reconstruir o paganismo.

a Ver o texto «Conspiração dos 300» (Pessoa, 1988, p. 30), em que é referida uma hipotética «Terceira Ordem» existente em Portugal que se proporia trabalhar pela reconstrução do paganismo greco-romano, pela reconstrução do catolicismo numa base diferente e pela reconstrução sincrética da religião em geral, sob a égide do cristianismo.

b A designação «300» ou «Trezentos» refere-se a uma teoria da conspiração segundo a qual um grupo internacional de 300 indivíduos poderosos comandaria ocultamente os destinos económicos da Europa, crença baseada numa frase do aqui já citado Walther Rathenau, que seria um deles.

[...]

Os nacionalismos vários, embora muitas vezes mórbidos, como no caso do fascismo, criam todavia o espírito cívico que é um dos elementos constituintes do paganismo.

[...]

[...]

O difícil, em nossa vida moderna, é não jogar para as mãos dos Trezentos.

De todos os lados, arrastados pela mesma força de decadência que formou o subjudaísmo como organização, inconscientes e espontâneos colaboram com essa organização. Um Spencer, sincero e limpo, que ataca a educação clássica; um Mussolini, pretendo rector contra a democracia, que repudia o que nela é europeu, que é o individualismo, e aceita o que é degradado, que é o corporativismo; um Maurras^a, que, coitado, repudiando Kant, repudia o maior opositor do baixo racionalismo — estes, e tantos outros, alheios ao jogo dos Trezentos, ou, até, pretendendo opor-se-lhes, o favorecem e o animam.

[...]

[...]

O fascismo não apresenta aos Trezentos uma preocupação senão artificial. O fascismo não tem raízes espirituais. Cai com facilidade,

a Charles Maurras (1868-1952) foi um escritor, jornalista e pensador político francês, figura de proa do movimento contra-revolucionário, antiparlamentarista e monárquico integral Action Française e do jornal do mesmo nome. Maurras exerceu notável influência em Portugal sobre os doutrinadores do Integralismo Lusitano. Salazar, que considerava Maurras um dos espíritos mais esclarecidos do seu tempo, confessou ter perfilhado, entre outras, as suas ideias sobre a necessidade de autoridade e de um Estado forte e a sua crítica da democracia.

deixando de si, apenas, um fermento revolucionário e de desordem que antes aproveita, do que desconvém, aos Trezentos. Outros, e piores, inimigos são o Império Britânico e a França, pois o legalismo individualista do primeiro, e o espírito clássico do segundo, são fenómenos orgânicos e antigos, que se não podem desenraizar com facilidade, nem para os desenraizar há processos determinados. Só a decadência da Inglaterra e da França poderiam produzir a ruína desses dois espíritos; e os Trezentos, mau grado toda a sua força, não têm poder para gerar decadências, senão somente para se aproveitar delas.

O fascismo, além disso, é a tal ponto semelhante, por um lado, ao bolchevismo, e, por outro lado, ao espírito sindicalista (corporativo lhe chamam os fascistas) que tende para desorganizar e deselenizar Europa, que se ajusta, nesse sentido, muito mais às próprias ideias exteriores dos Trezentos do que à substância da civilização europeia.

O fascismo é uma reacção excessiva e falsa — *faite à souhait* para os Trezentos. Como todas as reacções falsas, tem os característicos íntimos daquilo contra que reage.

4d [c. 1923-1925] Uns minam o nacionalismo pelo internacionalismo, outros o minam pelo regionalismo. Uns opõem ao racionalismo individualista o irracionalismo individualista, ou anarquismo, outros o racionalismo anti-individualista, ou corporativismo (ateu). ◊ Perdido todo sentimento de harmonia, o europeu não sabe como há-de agir sobre dois bandos de loucos, opondo-se furiosamente, mas falsamente, e parecendo obscuramente combinados para a ruína da civilização.

A obra principal do fascismo é o aperfeiçoamento e organização¹ do sistema ferroviário. Os comboios agora andam bem e chegam² sempre à tabela. Por exemplo, você vive em Milão; seu pai vive em Roma. Os fascistas matam seu pai mas³ você tem a certeza que, metendo-se no comboio, chega a tempo para o enterro. 5 [c. 1923-1925]

Não, nós os liberais, não aceitamos. 6

Não aceitamos um governo chamado “do povo” que se pressupõe usar da força que deriva da aritmética, em geral fraudulenta, de eleições para suprimir todas as liberdades e oprimir todos os espíritos. Mais vale, então, um governo autoritário, que, ao menos, mantém a ordem nas ruas. [c. Jan.-Fev. 1925]

Poderão dar todos os vivas, menos um. Nunca poderão gritar: Viva a liberdade!

Raios os partam, são todos totalitários!^a

a A alusão a um governo «do povo» sugere que se trata de um escrito coevo do governo dito *canhoto* do republicano José Domingues dos Santos (Novembro de 1924 a Fevereiro de 1925). O governo tinha o apoio dos republicanos de esquerda, dos socialistas, dos comunistas, da Confederação Geral do Trabalho e da Federação Nacional das Cooperativas, bem como a oposição da União dos Interesses Económicos, uma associação política dos meios patronais da indústria, comércio e agricultura com círculos e individualidades de direita e ultradireita.

[TRAD.]^a *Senhor,*

Sensibiliza-me muito o facto de o vosso importantíssimo jornal seguir atentamente as minhas manifestações políticas e polémicas. Permita-me, contudo, rectificar algumas afirmações contidas no seu último editorial.

Não corresponde aos factos que as últimas leis votadas pelo parlamento italiano sejam contra as mais elementares liberdades, do que poderá persuadir-se se considerar atentamente os artigos das ditas leis. Não é verdade que os patriotas estejam descontentes. Pelo contrário, a verdade é que a oposição é conduzida por um pequeno grupo debilitado, ao passo que a enorme maioria do povo italiano trabalha e vive tranquilamente, como os estrangeiros residentes no meu país podem diariamente constatar. Note, por favor, também que o Fascismo conta 3 000 000 aderentes, dos quais 2 000 000 são trabalhadores sindicalistas e camponeses, representando, assim, a maioria politicamente organizada da nação. Até a oposição italiana agora reconhece a grande importância histórica da experiência fascista, que tem que ser firmemente prosseguida de modo a não falhar na sua tarefa de elevação moral e material do povo italiano e, também, no interesse da civilização europeia. Aceite os meus agradecimentos e cumprimentos.

Sou, etc.

Roma, 24 de Junho

MUSSOLINI

7 [Post. 26-6-1925] O tio Mussolini, como qualquer inglês com razão de queixa, escreveu uma carta ao *Times*.^b O duce não sabe inglês, nem, ao que parece, encontrou alguém que o soubesse responsabilmente entre os quarenta milhões de pessoas que compõem a sua pátria virtual e os três milhões que, pelo cômputo próprio, formam a sua pátria real.

a Todas as traduções são da responsabilidade do organizador deste livro.

b A carta de Mussolini em questão foi publicada no *Times* de 26 de Junho de 1925, sob o título «Signor Mussolini and *The Times*» (ver imagem).

A carta é notável, não pelas afirmações — que são do género das que poderia fazer o Sr. Lloyd George^a, ou o Sr. Briand^b, ou qualquer outro Afonso Costa —, mas pelo emprego saliente da palavra *whereof*, que quer dizer “de que”. De relembável nada mais diz o *lictor*^c.

O problema representado pelo fascismo é muito simples, e, na sua essência, não nos é, a nós portugueses, desconhecido. O povo italiano — que é de supor que o seja, e não fascista nem comunista — recebeu há anos, do lado direito da cara, a bofetada do comunismo. O fascismo, para o endireitar, deu-lhe uma bofetada, um pouco mais forte, do lado esquerdo. Não sabemos, nem temos meio de saber, se o povo italiano aprecia mais o ter ficado direito, ou neo-torto, ou as desvantagens faciais do processo empregado. E resta sempre saber, nesta matéria — como cada nova bofetada é sempre mais forte do que a anterior, para poder endireitar —, em que altura é que pára a terapêutica equilibradora, e em que estado fica o equilibrado quando o Destino, por fim, se cansa do tratamento.

Whereof...

Mussolini — Nota 1.

[Mussolini — Nota] 2.

[Mussolini — Nota] 3. (regimes de repressão)

Plutocracias —————

a David Lloyd George (1863-1945), político liberal britânico, ministro das Finanças (1908-1915) e primeiro-ministro (1916-1922). Foi o fundador do sistema de segurança social britânico e liderou o país durante e depois da Grande Guerra. Fernando Pessoa sempre se lhe referiu muito criticamente.

b Aristide Briand (1862-1932), político francês que foi onze vezes primeiro-ministro entre 1909 e 1929. Foi o autor da lei de separação das Igrejas e do Estado. Era odiado pelos socialistas, pelos sindicalistas e pela extrema-direita da Action Française.

c Pessoa chama a Mussolini *lictor*, nome do funcionário que na Roma Antiga carregava o *fascio* e que era apenas um responsável da segurança pessoal de ditadores, imperadores, cônsules e outros magistrados.

Lixo: Ant[ónio] Sérgio.^a
Consumatum Est^b
Ant[ónio] Ferro^c
(Nemo)^d

Anatole France

Maneiras de Dizer: (O Português)
Parábola

Deportações.^e

Tudo é defensável, logo¹ que exista. Só é indefensável o que se propõe existir e para isso não tenha condições.

9 [c. 1925] Quaisquer que sejam os defeitos, que se possam apontar, com razão ou sem ela, ao fascismo, não pode ele ser acusado de plágio ou de subserviência a um mestre ou a um modelo. Bom ou mau, é gente. E isto o afirma um fenómeno da civilização, que não um espectáculo dos arredores e das províncias.

A hipnose do estrangeiro é um dos característicos distintivos das nações que não são senão províncias. A hipnose das cidades é outro sintoma de provincianismo. Tudo que se faça em Paris,

a António Sérgio (1883-1969) foi figura destacada do Grupo da Biblioteca e da Seara Nova, e ministro da Instrução Pública, em 1923. Nos anos 20, publicou, entre outros, *Bosquejo de História de Portugal* (1923), *O Desejado: Depoimentos de Contemporâneos de D. Sebastião* (1924), *Camões e D. Sebastião* (1925).

b *Consumatum Est* é o título de um livro do poeta Silva Tavares publicado em 1925.

c António Ferro publicara nomeadamente: *Teoria da Indiferença* (1920), *Leviana* (1921), *Colette, Colette Willy, Colette* (1922), *Gabriele d'Annunzio e Eu* (1922), *A Idade do Jazz-Band* (1923), *Mar Alto* (1924) e *A Amadora dos Fenómenos* (1925). Sobre o último, Pessoa escreveu numa nota de 1925 tratar-se de uma obra intelectualmente abjecta (Bothe, 2014).

d *Nemo* era o pseudónimo de Fernando de Sousa, director do diário católico e monárquico *A Época* entre 1919 e 1927.

e Provável referência às deportações para a Guiné de sindicalistas, comunistas e bombistas da Legião Vermelha, ordenadas pelo governo da Primeira República em 1925 e que deram azo a uma greve geral de protesto em Junho e a uma manifestação organizada pela CGT em Dezembro desse ano.

por estúpido¹ que seja, é motivo de gesto igual para os macacos da Europa.

Quando foi da guerra, como em França se constituísse uma coisa a que se chamou Union Sacrée, logo que os idiotas de cá simularam a mesma atitude não puderam deixar de simular também o mesmo nome — chamaram-lhe União Sagrada. Não tiveram invenção para mais. E, como houvesse uma [Croisade des Femmes Françaises], a idiotice correspondente passou a chamar-se Cruzada das Mulheres Portuguesas^a, como se não houvesse dicionário. Do mesmo modo, os parvos² que arreatam³ o nosso proletariado, como encontraram uma Confédération Générale du Travail já baptizada em França, não levaram a imaginação além de traduzir esse nome. Não queríamos que esses pseudo-homens⁴ buscassem conscientemente um nome português — que para eles⁵ isto é a “região portuguesa” daquilo a que eles — com a ingenuidade natural de quem não sabe ler, mesmo não sendo analfabeto — chamam a “humanidade”. Mas gostávamos de ver o cérebro — até o cérebro deles —⁶ usado para mais que para equilibrar pelo peso o cabide natural do chapéu.

Com razão repugna⁷ a ciência a descrição teológica do homem como “animal racional”. Para a maioria dos homens o cérebro é uma nova espécie de intestino cego, inútil salvo para custarem caras as operações de apendicite.

Está o fascismo seguindo uma evolução porventura fatal, que o envolve no maior risco em que pode incorrer um regímen ou um sistema com inimigos. O Sr. M[ussolini] está, e tem estado, a concentrar cada vez mais¹ em si mesmo todo o fascismo; ele o está consubstanciando

a A Cruzada das Mulheres Portuguesas foi criada em 1916 por Elzira Dantas Machado, mulher do presidente da República Bernardino Machado, com o fim de prestar diversas formas de assistência aos soldados mobilizados e às suas famílias durante a Grande Guerra.

cada vez mais consigo mesmo. A unidade do fascismo e da política fascista é cada vez mais a unidade de o Sr. Mussolini ser um.² Vem isto a dar em que está facilitando uma revolução³, simplificando a queda do fascismo tornando acessível a desocupação desse regímen.⁴ Quando um sistema ou um regímen social se concentra e incarna em um só homem, a revolução contra esse regímen pode fazer-se com grande simplicidade. Basta um homem, uma pistola, uma bala.^a Assim bastou para Sidónio.⁵ Basta um micróbio até, sem revolução, ou uma pedra na bexiga. Assim bastou para Cromwell.⁶

Não há homens insubstituíveis, diz o que é já um ditado. Infelizmente o ditado é falso. Há homens insubstituíveis, porque tais se tornaram.⁷ E como um homem é só um homem, quando cai, pelo processo de queda chamada morte, que não é a Ilha de Elba, não pode ser substituído pela simples razão que não pode ser ressuscitado.

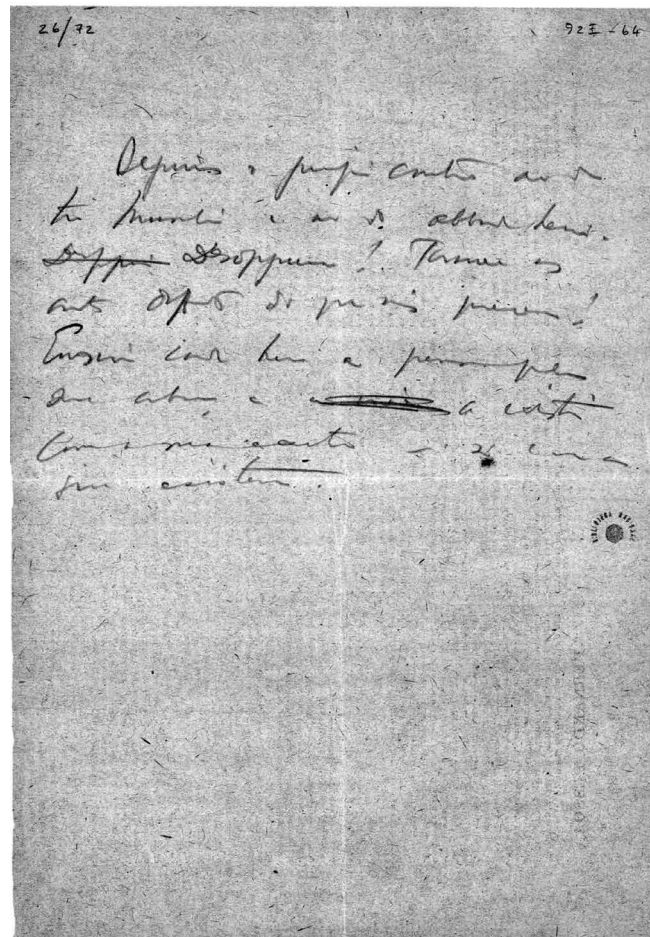
Disse em tempos o Sr. Mussolini que o que [o] distinguia de outros ditadores era⁸ a leitura proveitosa, que tinha feito, da história. Infelizmente não há história, mas só interpretações dela. Em qual delas aprenderia⁹ o Sr. Mussolini?

Provavelmente são todas falsas.

De resto dá-nos tão pouco prazer¹⁰ a contemplação da queda possível do fascismo — pelas tremendas consequências dessa desagregação de vitórias adquiridas, de um extravasar de entre-ódios culturais — que não temos prazer intelectual em supor que vemos claro.

11 [c. 1925] Seguímos o princípio contrário ao do tio Mussolini e ao do abade Lenine. Desoprimir! Tornar os outros diferentes do que nós queremos! Ensinar cada homem a pensar pela sua cabeça e a existir com a sua existência — só com a sua existência.

a Mussolini foi alvo de quatro tentativas de assassinato em 1925 e 1926.



«SEGUIMOS O PRINCÍPIO CONTRÁRIO...» (TEXTO N.º 11)

NOTAS BIOGRÁFICAS



O AUTOR

Fernando Pessoa (1888-1935) é hoje o principal elo literário de Portugal com o mundo. A sua obra em verso e em prosa é a mais plural que se possa imaginar, pois tem múltiplas facetas, materializa inúmeros interesses e representa um autêntico património colectivo: do autor, das diversas figuras autorais inventadas por ele e dos leitores. Algumas dessas personagens, Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos, Pessoa denominou

«heterónimos», reservando a designação de «ortónimo» para si próprio. Director e colaborador de várias revistas literárias, autor do *Livro do Desassossego* e, no dia-a-dia, «correspondente estrangeiro em casas comerciais», Pessoa deixou uma obra universal em três línguas que continua a ser editada e estudada desde que escreveu, antes de morrer, em Lisboa, «I know not what to-morrow will bring» [«Não sei o que o amanhã trará»].

O EDITOR

Sociólogo e historiador, José Barreto desenvolve desde 1982 a sua actividade de investigação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Na última década dedicou boa parte do seu trabalho de pesquisa e edição aos escritos políticos e sociológicos de Fernando Pessoa e à história do pensamento político português no século xx. Publicou recente-

mente o ensaio *Misoginia e Antifeminismo em Fernando Pessoa* e organizou o volume *Associações Secretas e Outros Escritos*, de Fernando Pessoa. Tem publicado numerosos artigos e participado em conferências sobre temas pessoanos em publicações nacionais e estrangeiras. É colaborador regular da revista *Pessoa Plural* desde 2012.



FERNANDO PESSOA
SOBRE O FASCISMO,
A DITADURA MILITAR E SALAZAR

FOI COMPOSTO EM CARACTERES FILOSOFIA E VERLAG,
E IMPRESSO NA RAINHO & NEVES, ARTES GRÁFICAS,

SOBRE PAPEL CORAL BOOK DE 90 G/M²,
NO MÊS DE JANEIRO DE 2015.